

# TENCOES E CONTRADICOES DO FAZER A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO<sup>1</sup>

Mariana Moreira Neto<sup>2</sup>

Mariana Willendorff da Costa Oliveira<sup>3</sup>

## Introdução

O discurso da convivência com o Semárido Brasileiro se apresenta como uma proposta de mudança conceitual e política de um espaço – o sertão - que, tradicionalmente imaginado e concebido como atrasado, inviável e improdutivo, se insinua e se anuncia como diverso, fértil, caracterizado por múltiplos enfoques, que o instituem como um dos maiores e mais complexos do mundo.

Este trabalho problematiza as relações de poder que se exercem na perspectiva da convivência com o semiárido, buscando compreender como lideranças governamentais e não governamentais que desenvolvem projetos/programas para a convivência no Alto Sertão Paraibano se inserem nestas relações e inferem nas condições de vida e no protagonismo da população que habita esta região.

O objetivo é apreender como lideranças do Alto Sertão Paraibano (dirigentes sindicais, representantes de ONGs e movimentos sociais e órgãos públicos, etc.), pensam a elaboração, execução e gestão das políticas públicas direcionadas para o Semárido e até que ponto suas ações inferem nas condições sócio-culturais, políticas e econômicas do Alto Sertão Paraibano.

## Metodologia

O trabalho foi desenvolvido por meio da realização de entrevistas com lideranças de entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem projetos/programas na perspectiva da convivência e do desenvolvimento sustentável no Alto Sertão Paraibano. No que concerne à organização e análise dos dados, trabalhou-se com análise de discurso.

A sistematização e análise das entrevistas partiram de eixos temáticos que buscaram aprofundar e apreender como, nesses discursos são tematizados e enunciados

---

<sup>1</sup> Este trabalho sistematiza parte da pesquisa realizada pelo Projeto de Pesquisa **Convivência com o Semiárido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável**, vigência PIBIC/CNPq/UFCG 2009/2010.

<sup>2</sup> UFCG. moreiramariana@uol.com.br

<sup>3</sup> UFCG, mariana19\_pb@hotmail.com

a convivência e o desenvolvimento sustentável e suas implicações, sociais, políticas e culturais.

Os eixos temáticos trabalhados foram os seguintes:

Eixo 1 - políticas públicas para a convivência com o semiárido – neste eixo analisamos as entrevistas com base nos seguintes questionamentos: concepção de convivência, concepção de desenvolvimento sustentável, relação entre convivência com o semiárido e desenvolvimento sustentável, política pública de convivência com o semiárido: análise, inferência sócio-cultural, participação social e o que precisa mudar nessas políticas?

Eixo 2 - políticas não governamentais para a convivência com o semiárido – neste eixo trabalhamos a partir dos seguintes questionamentos: o que são a Comissão Pastoral da Terra (CPT-Sertão), a Articulação do Semárido (ASA), a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), o Programa de Ação Social e Políticas Públicas da Diocese de Cajazeiras (PASPP), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR – Aparecida-PB), como trabalham estas entidades; importância, inferência sócio-cultural; participação e protagonismo da população; o que precisa mudar no trabalho das mesmas?

### **Resultados e Discussão:**

A problematização das políticas públicas para a convivência com o Semárido, considerando a idéia da convivência, permitiu se observar, nos discursos dos entrevistados, que eles partem da concepção de que conviver é se adaptar ao meio. No entanto, de acordo com a liderança do STR, conviver assim é enfrentar muita dificuldade, sobretudo no âmbito ambiental.

Meu processo de compreensão de convivência com o semiárido é o de que você vai viver, conviver com a realidade de uma região onde chove muito e pouca água é armazenada. Então, conviver assim é enfrentar muita dificuldade, sobretudo no âmbito ambiental. Na verdade a gente trabalha, o trabalho se torna difícil porque lidamos com a realidade nua e crua de produzir e sustentar as famílias nessa região. O fato é que vivemos numa região de pouca água e que a gestão desses recursos está centrada nas mãos dos latifundiários que não tem respeito com o meio ambiente. Então, o grande problema do Semárido é esse ataque ao meio ambiente, esse desrespeito. Você encontra em Aparecida-PB maior desaparecimento ambiental, uma cidade recém criada onde você não tem como discutir a questão ambiental. (Liderança STRA).

As estratégias dessa adaptação mudam de um discurso para o outro. A liderança da CPT, por exemplo, afirma essa adaptação como forma de mudar a realidade, ou seja,

a partir de um conjunto de táticas que potencializem uma transformação inclusive do meio, deslocando a idéia de combate a seca para a convivência, o que implica em mudanças fundamentais nas relações de poder.

Quanto à concepção de desenvolvimento sustentável, observa-se que este enunciado é compreendido pelos entrevistados como a possibilidade de desenvolver potencialidades regionais sem destruir o meio ambiente. Há uma afirmação da idéia de que ser sustentável significa empreender ações que promovam o progresso e a melhoria das condições de vida e de renda da população semiárida. Mas, se essa é a intenção dos que pensam a convivência como forma de sustentabilidade local, percebe-se na fala da liderança do STR que as relações de poder entre grandes e pequenos produtores, ou entre o agronegócio e a agricultura familiar, são conflituosas e perpassadas pela preponderância do agronegócio como modelo de sustentabilidade e promoção do progresso. Isso ocorre, segundo a referida liderança, *“porque os movimentos sociais ainda não conseguiram unir força ao ponto de tirar da mão dos grandes esse controle”*.

As lideranças exemplificam com o projeto de transposição do São Francisco, quando interrogam:

Que desenvolvimento será esse? Será que não vai aumentar o controle? Será que não vai dar oportunidade muito mais aos grandes e matar os pobres? Onde é que está garantido dentro do decreto da transposição do Rio São Francisco a implantação de projeto de assentamento das famílias rurais que não tem terra? É o exemplo de Sousa que é uma área de 5.006 hectares desapropriada pelo governo, onde 90% da sua área está nas mãos de latifundiários e (nas mãos das) empresas. Eu ainda tenho medo desse desenvolvimento que a gente fala tanto e que não aparece. Desenvolvimento é crescer, é desenvolver. Ao crescer incha. Desenvolvimento é um mercado aberto onde todo mundo tem o mesmo direito, enfim é um conjunto de coisas que melhora a vida de todo mundo, o grande empresário tem vez e o pequeno também. (Liderança STRA)

A partir dessa compreensão, na análise da relação entre convivência com o semiárido e desenvolvimento sustentável, existe uma tendência das lideranças em considerar que somente o modelo da agricultura familiar é compatível com a proposta da sustentabilidade para a convivência, não abrindo possibilidades de agregar outras modalidades de organização da produção. Nesse sentido, estas lideranças consideram que o agronegócio não promove a sustentabilidade pelo fato de explorar culturas agrícolas que não contribuem para a segurança alimentar e nutricional da população local, se impondo como uma forma de exploração desta e dos recursos naturais.

No que se refere à inferência sócio-cultural e a participação social na elaboração e gestão das políticas públicas de convivência com o semárido, os discursos analisados refletem a compreensão de que as políticas públicas de convivência ainda estão muito restritas ao Programa 1 Milhão de Cisternas. Também refletem a fragilidade com que as políticas públicas, de maneira geral, são elaboradas. Não há uma discussão com a população sobre suas necessidades e potencialidades, quais os meios possíveis de superação dessas dificuldades e como operacionalizar soluções que envolvam a participação popular e atendam as demandas específicas de cada localidade. Portanto, as políticas públicas não são consideradas como resultado de um processo que envolve o protagonismo da população e, conseqüentemente, a sua autonomia.

A gestão das políticas públicas é apontada como outro elemento complicador, sobretudo, quando se considera que elas trazem ainda muito presentes relações ditas clientelísticas, e porque, nem sempre atingem os mais carentes, gerando, assim, muitas vezes, o acesso aos benefícios de pessoas que não necessitam, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais.

Quando se expressam sobre o que precisa mudar na elaboração, execução e gestão das políticas públicas os entrevistados problematizam a organização e a participação política dos habitantes e a gestão das políticas, uma vez que, para eles a participação social é efêmera, e a gestão dessas políticas na medida em que se concentram nas prefeituras dificultam o trabalho das entidades da sociedade civil. De acordo com a fala da liderança da CPT “*tem que agir melhorando a formação das pessoas para que elas se conscientizem de sua importância e inferência social*”. Essa importância do protagonismo teria grande relevância para a elaboração e a execução de políticas públicas que repercutiriam na melhoria da condição de vida e de trabalho, para a reforma agrária como forma de potencializar a agricultura familiar e na construção de novos saberes e de novas práticas.

Ao se referirem a atuação das entidades da sociedade civil que trabalham com a proposta da convivência os discursos são veiculados, como se as ações fossem oriundas da própria sociedade civil organizada. A idéia que eles defendem é de que CPT, CAAASP, STRA, ASA, PASPP, entre outras, se articulam entre si e em conjunto com a população para contribuir para a produção de uma nova realidade, no campo e/ou no urbano, na qual as condições histórico-sociais dos habitantes do Semárido sejam redefinidas pelo paradigma da convivência.

Muitas das ações são desenvolvidas em parceria com outras organizações da sociedade civil como ASA, CAAASP e CPT- Sertão, realizando programas de cunho socioeconômicos empreendidos pelo Governo Federal. Através de trabalhos realizados em parceria com a Articulação do Semiárido (ASA), com projetos que intensificam a formação, todos os sindicatos com os quais a gente trabalha em 57 municípios estão conseguindo mudar a visão das pessoas que acham que sindicatos é só para a aposentadoria. (...) A gente trabalha tanto com a CPT como com o PASPP (organização não-governamental que atua em municípios do Alto Sertão Paraibano pertencentes a Diocese de Cajazeiras) e outros sindicatos, e a ASA em si é um conjunto de entidades da qual a CAAASP participa. (Liderança da CAAASP)

Nesta perspectiva, demonstram, mais uma vez, a importância da valorização das potencialidades dos sujeitos e da realização de assessoria social, técnica e ambiental como acompanhamento das famílias assentadas. Assim, defendem a promoção de encontros de formação, para o debate de questões como: segurança alimentar, moradia digna, políticas públicas, conscientização para a importância da educação etc. como eixos norteadores para a transmissão e aquisição de conhecimentos. No entanto, não afirmam a quem caberá a atribuição de operacionalizar esses encontros.

As falas dos representantes das entidades pesquisadas, no que diz respeito a inferência sócio-cultural e à promoção do protagonismo da população, por meio do trabalho das entidades não governamentais, expressam as experiências vivenciadas no cotidiano dos sujeitos com relação à compreensão da realidade. Para eles, na medida em que os desafios vão se impondo frente às ações desenvolvidas, as ONGs vão se adaptando e procurando soluções na própria dinâmica das comunidades atendidas. Segundo a liderança da CPT *“Quando começamos as famílias usavam veneno. Hoje as conscientizamos de que o veneno empobrece o solo e baixa a produção. Com o tempo, a transformação vai acontecendo de forma lenta, mas importante”*. Segundo essa liderança, os trabalhos das entidades vão suscitando novas reflexões e soluções que respondem, mesmo que em parte, às necessidades da região e as demandas da população. Desta forma, tentam afirmar a positividade e a diversidade das formas de contribuição do trabalho dessas entidades, destacando sua importância na formação, na capacitação das comunidades em suas localidades e associações comunitárias, avançando para um prospero futuro.

Nesse sentido, os discursos elaborados pelas lideranças apresentam aproximações e semelhanças quando destacam a importância da articulação entre os diversos segmentos da sociedade civil e setores governamentais, no sentido de *“que a população e os governos se engajem mais em abraçar a luta pelo bem estar de todos”*.

(Liderança CAAASP). Estas semelhanças e aproximações se dissipam quando as lideranças abordam a relação entre sociedade civil e poder público. Ao que parece eles se sentem fragilizados devido ao isolamento do governo, sobretudo no que diz respeito à elaboração e a execução das políticas públicas.

Essa fragilidade pode ser sentida diante das resistências que representantes do poder público, sobretudo do município de Cajazeiras, apresentam para se posicionarem acerca das questões trabalhadas na pesquisa. Exemplo disso foi a recusa de dirigentes das secretarias municipais de Infra-estrutura, de Agricultura e de Saúde do município de Cajazeiras, que se negaram a realizar as entrevistas justificando com argumentos como: serem novatos nos cargos, falta de afinidade com as temáticas apresentadas e desinteresse em debater essas questões.

Diante disso, apenas o diretor da EMATER, Escritório de Cajazeiras –PB falou sobre as questões abordadas. O seu discurso se mostra mais exigente em relação à avaliação e coordenações das políticas públicas

Eu acredito que tem duas pontas em políticas públicas, para que elas gerem o resultado esperado. Primeiro é que só sejam aplicadas quando as pessoas beneficiárias estejam realmente preparadas e segundo é a gestão, que os gestores aplicadores dos programas tenham compromisso real de fazer o que realmente seja o princípio daquela política, porque muitas vezes, as políticas públicas são mal geridas, mal aplicadas”.

O entrevistado ressalta, ainda, que existe pouca interação entre a sociedade civil organizada e a EMATER, justificando desconhecer, no entanto, os motivos reais para esse distanciamento. Na sua concepção, porém, muitas das atitudes e ações desenvolvidas pela sociedade civil, organizada através de suas entidades e associações, são realizadas de forma autônoma e sem interação com o poder público.

(...) posso dizer que a gente não tem um relacionamento permanente, freqüente, de chegar cara-a-cara, de conversar, discutir assuntos diretamente dessas políticas públicas ou problemas da nossa localidade com a CPT, com a ASA, com a CAAASP. Não tem porque existe o bloqueio dessas empresas que nós não sabemos por quê. Eles não aceitam a intromissão ou a gente estar com eles nas parcerias. Existe espaço para todo mundo trabalhar, certo?

Para ele, facilitaria o êxito desses programas e políticas se todos se engajassem em uma finalidade: desenvolver o campo. No entanto o envolvimento financeiro acaba ressaltando uma oposição entre governo e sociedade civil.

Que fossem mais abertas, para as pessoas saberem o que foi feito. Serem mais transparentes para a própria população, principalmente para os beneficiários, nem que não seja importante para o público em geral, mas que para os beneficiários seja transparente. O que facilitaria a conscientização da população que passaria a cobrar, conscientizando os órgãos representativos da população para que realmente se fortalecessem para poder exigir a transparência da aplicação dessas ações. Uma hipótese tem uma ação da CAAASP, então que o conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável esteja presente, que a comunidade beneficiada esteja presente, vendo como é escolhido do jeito que é para ser, e não só trazido já o prato feito.

As falas do representante do poder público revelam a intensa disparidade, e a acentuada oposição que marcam a ação e atuação do poder público, sobretudo, quando da elaboração, execução e gestão das políticas públicas, e a participação social nesse processo. Um distanciamento que, no caso das políticas de convivência com o semiárido, resulta em iniciativas que, idealizadas e assumidas pela sociedade civil, a exemplo do P1MC, quando incorporadas pelo poder público e convertidas em políticas públicas, passam a apresentar divergências e “desvirtuamentos” considerados prejudiciais.

No entanto, consideram que esses aspectos não desmerecem a importância das políticas públicas de convivência como um estágio fundamental de construção e vivência da participação e da mobilização social. O caráter participativo e dinâmico que o entrevistado atribui à intervenção da população funciona como elemento estimulador da auto-estima do habitante do Semiárido, uma vez que participando dos processos de elaboração e execução do projeto ele se sente reconhecido na sua capacidade de colaborar para a promoção de mudanças em sua realidade existencial, e na sua condição de sujeito de sua própria história.

### **Conclusões**

O desenvolvimento da pesquisa, ao adotar como recorte temático a relação que os entrevistados elaboram entre a atuação de órgãos governamentais e as ONGs e outras entidades que desenvolvem ações direcionadas para o Semiárido, e como se dá a articulação desses setores na elaboração, execução e gestão das políticas públicas para estas áreas, no âmbito da convivência, do desenvolvimento local sustentável e da autonomia. Orientaram-se pela preocupação em interrogar e problematizar como lideranças do Alto Sertão Paraibano compreendem, a partir destas articulações, as

relações de poder/saber que permeiam a convivência com o Semárido e como elas se inserem nestas relações.

Nesse sentido, as entrevistas foram norteadas por um eixo fundamental: a relação entre desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido, com vistas à autonomia e ao protagonismo da população. Neste sentido, se questionou: o que se entende por convivência e desenvolvimento no sentido da sustentabilidade?

Quando indagados sobre essa questão, os entrevistados se colocaram a partir de suas experiências individuais e/ou conjuntas, nas várias organizações (não-governamentais e governamentais) com as quais tem interação.

Referenciaram que estas entidades buscam, através da elaboração de projetos e de sua execução, abrir caminhos para solucionar o problema da falta de água, da deficiência educacional e do acesso e uso dos recursos naturais; bem como, da geração de trabalho e renda, para amenizar a falta de planejamento da produção, a resistência e insensibilidade de alguns representantes do poder público frente à realidade do povo e outros impasses da vida nessa região.

Os entrevistados demonstraram que, mais do que simplesmente viver no Semárido, esperam que as políticas públicas, os programas governamentais possibilitem ao povo nordestino uma reelaboração do que seria seu próprio destino. Admitiram que ainda há muito a ser feito e que esse trabalho não depende exclusivamente do governo ou das ONGs, mas de toda uma população.

Explicitaram, também, que a relação entre convivência e desenvolvimento sustentável pode trazer melhorias na qualidade de vida de toda a sociedade que está inserida no Semárido, desde que haja interação entre o poder público, as entidades e os diversos segmentos sociais.

Outra afirmação é a de que o trabalho com o público é árduo e complexo, principalmente considerando os elevados níveis de pobreza e analfabetismo. Por isso, destacam a necessidade de se focar intensivamente o conhecimento, por meio da educação, para que ele aja como uma poderosa ferramenta do progresso e da capacitação e difusão dos recursos naturais atingindo, sobretudo, as propriedades rurais de pequeno e médio porte e transformando-as em terras férteis para a diversificação das atividades agropecuárias.

Verificou-se o fato de que grande parte dos técnicos, que atuam nas ONGs e entidades que trabalham com a proposta de convivência, é de filhos dos próprios agricultores das terras atendidas, os quais se tornam potenciais representantes oficiais da



sociedade em que estão inseridos, favorece a compreensão das demandas e a elaboração de propostas de enfrentamento das mesmas no processo de vivência e convivência. Assim, a própria comunidade, que antes necessitava do auxílio de pessoas externas, agora tem em seus filhos a possibilidade de inferências nas políticas de sustentabilidade e desenvolvimento, viabilizando a minimização da pobreza e das desigualdades nas áreas onde atuam e incluindo mulheres e jovens no processo de preservar, reabilitar e manejar os recursos naturais.

Nessa perspectiva, avalia-se que as lideranças das ONGs entrevistadas e trabalhadas ao longo dessa pesquisa levam a experiência e o conceito de sustentabilidade para diversos aspectos possíveis: o social, o ecológico, o econômico, o espacial, os político-institucionais e culturais etc., colocando em prática o sentido do ser social e do fazer convivência sustentável.

As ações oriundas da própria sociedade civil organizada imprimem uma imagem otimista que valoriza as potencialidades da região semearia e defendem que urge derrubar as cercas que impedem o protagonismo e a autonomia de seus habitantes. Essa percepção surge como necessária uma vez que “[...] *a convivência com o semiárido brasileiro deverá ser fruto, ao mesmo tempo, de transformações culturais, de iniciativas inovadoras e da derrota e substituição das elites que impedem que essa região seja um espaço adequado para a vida humana*” (ÁGUA DE CHUVA, 2001, p.08).

A CPT, a ASA, a CAAASP, o PASPP, o STR, a EMATER, vão além da aprendizagem, da gestão coletiva de recursos que desenvolvem experiências cujos resultados são importantes, na medida em que promovem o incentivo à organização da comunidade, à autonomia e cidadania, visando o favorecimento do protagonismo da população semearia e, conseqüentemente, da superação de práticas ditas clientelísticas, principalmente, na execução e gestão de políticas públicas.

Os discursos das lideranças entrevistadas sinalizam a importância de experiências participativas que podem despertar e educar a população para o desenvolvimento do seu protagonismo. No entanto, embora interesses individuais imediatos, a organização e a construção de políticas públicas se digam orientados para o bem comum, tendo em vista um desenvolvimento realmente sustentável, avaliando os discursos dos entrevistados se constata que, atualmente, há uma profunda disparidade e oposição entre poder público e sociedade civil. Apesar de todos defenderem a idéia de que o êxito das políticas públicas irá depender, primordialmente, da forma como o governo se posiciona frente ao engajamento dos diversos atores sociais, tanto os

representantes da sociedade civil, como o do poder público, se eximem da responsabilidade em relação aos insucessos das políticas e ao isolamento que existe entre eles. Ou seja, o sucesso das políticas de convivência, na perspectiva dessas lideranças, entre outras coisas, tem uma relação direta com o grau de tensão que se estabelece entre participação e representação dos espaços. Para os primeiros a organização da sociedade pode possibilitar resultados concretos; um deles é a institucionalização dos movimentos, e a transformação das demandas sociais em políticas públicas efetivas. As lideranças demonstraram que o discurso da convivência está mais institucionalizado entre a sociedade civil, cujas entidades revelaram uma compreensão articulada sobre a proposta. Já o poder público defende que não consegue trabalhar a contento devido a entraves das entidades da sociedade civil e reconhece a má gestão de algumas políticas e programas governamentais.

### Referências

**Água de chuva:** o segredo da convivência com o Semi-Árido Brasileiro. Cáritas Brasileiras/Comissão Pastoral da Terra/Fian-Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.

BECKER, Dinizar Fermino (Org.). **Desenvolvimento sustentável:** necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CPT-SERTÃO. Relatório Anual de Atividades de 2007. Cajazeiras – PB, 2007.

\_\_\_\_\_. Relatório Anual de Atividades de 2006. Cajazeiras – PB, 2006.

\_\_\_\_\_. Relatório Anual de Atividades de 2005. Cajazeiras – PB, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo, Loyola, 1999

FÓRUM NORDESTE. Ações Permanentes para o desenvolvimento do Nordeste Semi-Árido brasileiro: propostas da sociedade civil. Recife, 1993.

MALVEZZI, Roberto. Semiárido – uma visão holística. 1.ed. Brasília: CONFEA, 2007. 140p. – (Pensar Brasil).

SÁ, A. M. ; FORTUNATO, M. L. ; MOREIRA NETO, Mariana . Relatório Parcial da Pesquisa Convivência com o Semiárido na Paraíba:políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável. 2009. (Relatório de pesquisa).

SÁ, A. M. ; FORTUNATO, M. L. ; MOREIRA NETO, Mariana . Relatório Parcial da Pesquisa Convivência com o Semiárido na Paraíba:políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável. 2008. (Relatório de pesquisa).

SÁ, A. M. ; FORTUNATO, M. L. ; MOREIRA NETO, Mariana . Relatório Final da Pesquisa Convivência com o Semiárido na Paraíba:políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável. 2008. (Relatório de pesquisa).